



PLANO DE TRABALHO Nº 01/2023 DO TED Nº 12/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério do Trabalho e Emprego
Nome da autoridade competente:	Magno Rogério Carvalho Lavigne
Número do CPF:	592.176.695-04
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	380908 - SGER/MTE
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	380908 - SGER/MTE

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Universidade Federal de Goiás
Nome da autoridade competente:	Profa. Dra. Angelita Pereira de Lima
Número do CPF:	363.357.701-72
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Universidade Federal de Goiás

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	153052- UFG
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	153052- UFG

3. OBJETO:

Promover mapeamento, estudos e pesquisas associados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, no tocante as seguintes ações:

a. Construção de cenário da política e da atividade de microcrédito produtivo orientado no país, evidenciando os principais entraves operacionais.

b. Estabelecimento de parâmetros para eventuais parcerias de desenvolvimento institucional das instituições operadoras de Microcrédito Produtivo Orientado.

c. Diagnóstico da articulação do PNMPO com as demais políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado e pela Sociedade Civil.

d. Mapeamento de boas práticas para atendimento de públicos prioritários (mulheres, jovens, povos originários, negros, quilombolas, egressos do sistema prisional, Cadúnico e economia popular e solidária) e de estímulo a formalização.

e. Mapeamento de boas práticas de microcrédito produtivo orientado e de economia solidária nos entes da rede de atendimento do Sine.

f. Realização de um seminário nacional e oficinas regionais.

Segundo dados do IBGE, o mercado de trabalho responde por cerca de 80% da renda dos domicílios brasileiros, evidenciando que movimentações no mundo do trabalho possuem efeitos expressivos na distribuição de renda do país (Monsueto; Simão 2010). Isso também mostra a importância que programas de geração de emprego podem representar na sociedade e no combate à pobreza e desigualdade. O PNMPO, criado em 2005, tem como principal objetivo o estímulo à geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares por meio do fornecimento de crédito à produção. A principal diferença em relação aos programas tradicionais de crédito é a vinculação com algum tipo de apoio técnico às instituições e aos beneficiários, com o resultado esperado de promover um uso sustentável dos recursos cedidos e de melhorar a prestação de serviços aos tomadores de empréstimo. A literatura empírica tem se dedicado a analisar os impactos e as características do microcrédito no Brasil e no resto do mundo. Programas desta natureza tendem a produzir impactos significativos na redução da pobreza entre os beneficiários de mais baixa renda. A coletânea de estudos realizada em Matos et al. (2014) mostra, por exemplo, o papel que o segmento de microfinanças pode ter sobre a redução das barreiras de acesso da população mais pobre aos serviços bancários. Em particular sobre o PNMPO, segundo o estudo realizado Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (2020), um dos segmentos do programa, o Programa Crescer, teve impacto positivo sobre a renda dos indivíduos beneficiados, promovendo um aumento nos ganhos da população atendida e com benefícios que superam os gastos realizados, demonstrando eficácia da política. Dado seus potenciais impactos, o programa passou a ser entendido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como um instrumento para inclusão social e de combate à pobreza. Braga (2011), contudo, aponta que o programa encontra limitação principalmente no ainda incipiente desenvolvimento do segmento de microfinanças no Brasil, que não consegue atingir a determinados grupos do mercado de trabalho mais pobre. O estudo de Matos et al. (2015) busca avaliar resultados do programa, quase dez anos após a sua criação, destacando a visão dos beneficiários da política. Portanto, existe a necessidade de um maior detalhamento do cenário da política nacional de microcrédito orientado fomentada pelo PNMPO para permitir a melhor identificação de seus impactos e possíveis pontos de gargalo. Estudos desta natureza podem contribuir para identificar novas possibilidades de expansão da política, com novas modalidades de parceria e/ou aprimoramento das já existentes para o melhor atendimento dos beneficiários e captação de públicos potenciais ainda ocultos. Podem ser identificadas, por exemplo, boas práticas de captação, treinamento e relacionamento com beneficiários do programa, com exemplos que podem ser replicados para toda a rede de cobertura da política avaliada. Desta forma, o presente projeto de pesquisa tem por objetivo geral realizar uma análise do PNMPO no período recente em dois eixos principais. De um lado, analisar o cenário do programa, identificando suas características e stakeholders, potenciais impactos e principais pontos de gargalo. De outro lado, um segundo eixo que olha para o futuro do programa e sua relação com as demais políticas de emprego e renda coordenadas pelo PNMPO e seus parceiros, para mapear as boas práticas de atendimento a públicos prioritários e como a política pode ser expandida.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Se espera que os resultados do projeto forneçam um panorama geral da política de microcrédito do PNMPO que auxilie os tomadores de decisão pública na correção de entraves operacionais, pontos de gargalo e melhorias no programa e também em outras políticas de desenvolvimento e combate à pobreza por meio do mercado de trabalho. O mapeamento de boas práticas e experiências deve fornecer parâmetros para o estabelecimento de novas parcerias e a identificação de públicos potenciais ainda não atendidos pela política pode servir para estabelecer novas estratégias. Em outras palavras, se espera que os resultados possam gerar subsídios para orientar o PNMPO no desenho de novas parcerias para atender públicos prioritários e fornecer insumos de futuros encaminhamentos da política nacional de microcrédito orientado. Especificamente, são esperados os seguintes produtos diretos da execução do projeto:

EIXOS DA PESQUISA

1. Construção de cenário da política e da atividade de microcrédito produtivo orientado no país, evidenciando os principais gargalos

Escopo: Análise do PNMPO a partir de pesquisa qualitativa e quantitativa, considerando seus resultados, seu alcance regional e o desempenho. As análises e pesquisas de campo deverão envolver atores governamentais, bancos oficiais, entidades de microcrédito, agentes de microcrédito e tomadores de empréstimos. Com utilização de técnicas de pesquisa social como survey, grupos de controle, estimação econométrica, entre outros.

Resultados Esperados

- a) Geração de subsídios para orientar o MTE em eventuais parcerias de desenvolvimento institucional das instituições operadoras de Microcrédito Produtivo Orientado, com ênfase no atendimento de públicos vulneráveis.
- b) Diagnóstico da execução e dos resultados do Programa com vistas a gerar subsídios para o MTE planejar futuras intervenções, sob os enfoques social, regional e das institucionalidades a serem apoiadas.
- c) Diagnóstico da articulação do PNMPO com as demais políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado e pela Sociedade Civil.
- d) Realização de oficinas regionais.

2. Construção de Visão de Futuro do PNMPO e sua relação com as demais políticas de Geração de Emprego e Renda sob coordenação do MTE

Escopo: Pesquisa qualitativa de estratégias e visão de futuro das diversas institucionalidades que ofertam microcrédito produtivo orientado no Brasil, a partir da relação com o PNMPO, analisando-se sua capacidade de oferta e desenvolvimento de novas metodologias de acesso, especialmente para alcançar públicos vulneráveis, visando à inclusão produtiva desses beneficiários. As técnicas de pesquisa qualitativa aplicadas privilegiarão a realização de oficinas, com a participação de entes governamentais responsáveis por instrumentos de política de inclusão produtiva, instituições ofertantes de microcrédito, especialistas e beneficiários, com vistas a proporcionar ao MTE um papel de protagonismo, na condição de coordenador do PNMPO.

Resultados Esperados

- a) Relatório analítico para subsidiar tomadas de decisão estratégicas do MTE, em relação ao Programa, visando à sua dinamização e à construção de parcerias com demais iniciativas governamentais de inclusão produtiva.
- b) Mapeamento de boas práticas para atendimento de públicos prioritários (mulheres, jovens, povos originários, negros, quilombolas, PCD e economia popular e solidária).

c) Mapeamento de boas práticas de microcrédito produtivo orientado e de economia solidária nos 67 entes da rede de atendimento do Sine.

c) Seminário, promovendo a divulgação da agenda técnica de inclusão produtiva no âmbito do PNMPO.

Os produtos/resultados são os seguintes:

a) Realização de 3 oficinas focais regionais de um dia cada, com grupos temáticos para até 50 especialistas da sociedade civil, com custeio de diárias e passagens, com prospecção de realização nas cidades de Salvador (Nordeste), Brasília (Centro-Oeste e Norte) e Vitória (Sul/Sudeste).

b) Realização de 3 grupos focais com beneficiários do PNMPO.

c) Apresentação de relatórios periódicos e finais detalhados por cada eixo do projeto de pesquisa.

d) Elaboração de Relatório final detalhado consolidando os resultados da pesquisa.

e) Estruturação de documento consolidando o resultado da pesquisa no formato de livro com aproximadamente 150 páginas para distribuição em 350 pncard no Seminário Nacional.

f) Elaboração de 1 sumário executivo com aproximadamente 40 páginas contendo a síntese da pesquisa.

g) Realização de 1 Seminário Nacional de dois dias, em Brasília, para um público estimado de 300 pessoas com toda a infraestrutura necessária, exceto custeio de diárias e passagens.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Há necessidade de um maior conhecimento dos resultados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tanto na perspectiva dos usuários do microcrédito quanto das instituições financeiras, identificando melhor as práticas e as rotinas dessas instituições. Os dados do microcrédito indicam um papel relevante na redução da pobreza quando se considera uma vasta parcela de trabalhadores autoempregados formais e informais ou aqueles envolvidos com pequenas atividades de prestação de serviços, comércio e produção artesanal. Na distribuição por região e gênero, 76,9% dos usuários estão no Nordeste e 66,04% são mulheres. Além disso, é preciso ver as razões das diferenças entre os valores médios dos contratos. As cooperativas de crédito que se concentram na região Sul, por exemplo, possuem um valor médio de R\$ 10.703 e o valor médio do contrato dos bancos públicos (principais instituições na região nordeste) é de R\$ 3.090. Considerando que 96,12% dos tomadores são pessoas físicas e apenas 1,59% são pessoas jurídicas (MTE, 2022), a questão da formalização é um ponto fundamental a ser avaliado considerando que existe a figura do Microempreendedor Individual (MEI) que facilitou enormemente a formalização dos trabalhadores autoempregados, prestadores de serviços e artesãos em geral. Além disso, no plano da implementação do PNMPO, é importante verificar como acontece e quais são os resultados das iniciativas coordenadas entre instituições financeiras e demais parceiros, bem como as sinergias do PNMPO com outras políticas de inclusão social. Vale lembrar que o PNMPO não está descolado das políticas públicas de emprego porque o mundo do trabalho é mais amplo do que os trabalhadores com os contratos formais de trabalho. Essas são algumas das questões que justificam esse projeto de avaliação criterioso e metodologicamente fundamentado para atender às demandas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input checked="" type="checkbox"/>	Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

<input type="checkbox"/>	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
<input checked="" type="checkbox"/>	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
<input checked="" type="checkbox"/>	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. D.A.O – Despesas Administrativas e Operacionais, conforme previsto no inciso IV, art. 2º e § 4º do art. 16 do Decreto 10.426/2020

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Relatório parcial 1 , contendo os resultados preliminares da pesquisa e desenho dos grupos focais e oficinas	Relatório	1	5	R\$ 1.193,333,33	1	5

META 2	Relatório parcial 2, contendo os resultados dos grupos focais, desenho das oficinas realizadas e desenho preliminar da pesquisa de campo	Relatório	1	5	R\$ 1.193,333,33	6	9
META 3	Relatório final, contendo o detalhamento da pesquisa, com resultados e recomendações e Seminário Nacional	Relatório	1	4	R\$ 1.193,333,34	10	14
Custos Indiretos UFG (Decreto 10429/2020- água, energia, internet...)					R\$ 895.000,00		
TOTAL					R\$ 4.475.000,00		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro/2023	R\$ 4.475.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039	não	3.580.000,00
339039	sim	895.000,00

12. PROPOSIÇÃO

Goiânia - GO, na data de assinatura

Documento assinado eletronicamente
ANGELITA PEREIRA DE LIMA
Reitora da Universidade Federal de Goiás

13. APROVAÇÃO

Brasília/DF, na data de assinatura

Documento assinado eletronicamente
MAGNO LAVIGNE
Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda



Documento assinado eletronicamente por **Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário(a) de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda**, em 29/11/2023, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Pereira de Lima, Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=0802226&crc=314641A3, informando o código verificador **0802226** e o código CRC **314641A3**.

Referência: Processo nº 19965.200136/2023-42.

SEI nº 0802226